

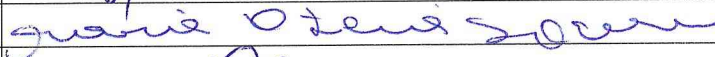

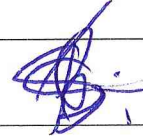
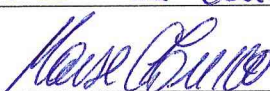
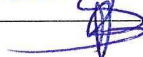


**ATA REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER – CDDM.**

Objetivo:	ATA de Reunião do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM.
Data:	09/05/2025
Local:	Virtualmente - Teams

QT.	PARTICIPANTES	ASSINATURA
1.	Neusa Cadore (SPM)	
2.	Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)	
3.	Maria Otilia Soares (UMVC)	
4.	Argimária Freitas de Sousa Soares (Coletivo Quintas Feministas)	
5.	Tereza Cristina da Silva Bandeira (CTB)	
6.	Gildeane dos Santos Mota (AMP)	Gildeane dos Santos Mota
7.	Roseli de Oliveira Barbosa (Associação Tamo Juntas)	Roseli de Oliveira Barbosa
8.	Maise Caroline Zucco (NEIM)	
9.	Anabel Barbosa de Brito (ASCIM)	Anabel Barbosa de Brito
10.	Jéssica Lima Oliveira (UBM)	
11.	Leidiana Cruz do Espirito Santo (MMTR)	
12.	Nancy Alves de Andrade (FEEB)	

13.	Silva Christiane Écio Damasceno (SETRE)	
14.	Regina Marcia Ferreira Bomfim (SJDH)	
15.	Taila Barbosa Santos (SEC)	
16.	Olga Cristina Sampaio (SESAB)	<i>Olga Cristina Sampaio</i>

PAUTA

1. Regimento da V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres
2. O que ocorrer.

Relato reunião

Ao nono dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às 10:30 h, do ano corrente, virtualmente pelo aplicativo Microsoft Teams, foi realizada a décima primeira Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher que contou com a presença da Secretária de Políticas para as Mulheres – SPM, **Neusa Cadore**, da Chefe de Gabinete da Secretária de Políticas para as Mulheres – SPM; **Cleidenea Bastos de Almeida**, a Conselheira **Maria Otília Soares**, representando a União de Mulheres de Vitória da Conquista – UMVC, a Conselheira **Argimária Freitas de Sousa Soares**, representando o Coletivo Quintas Feministas, a Conselheira **Roseli de Oliveira Barbosa**, representando a Associação Tamo Juntas, a Conselheira **Tereza Cristina da Silva Bandeira**, representando a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, a Conselheira **Gildeane dos Santos Mota**, representando a Associação de Mulheres Pintadenses – AMP, a Conselheira **Anabel Barbosa de Brito**, representando a Associação Ciranda das Mulheres – ASCIM, a Conselheira **Olga Cristina Sampaio**, representando a Secretaria de Saúde – SESAB, a Conselheira **Regina Marcia Ferreira Bomfim** representando a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH, a Conselheira **Silva Christiane Écio Damasceno**, representando a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, a Conselheira **Jéssica Lima Oliveira**, representando a União de Mulheres Brasileiras (UBM), a Conselheira **Maise Caroline Zucco**, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, a Conselheira **Leidiana Cruz do Espirito Santo**, representando o Movimento de Mulheres Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MMTR, a Conselheira **Nancy Alves de Andrade**, representando a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe – FEEB, a Conselheira **Taila Barbosa Santos**, representando a Secretaria de Educação – SEC. **Neusa Cadore**: Iniciou a reunião dando boas vindas as Conselheiras e destacou a importância estratégica do CDDM na mobilização para a 5ª

Olga Cristina Sampaio

Conferência de Políticas para as Mulheres, ressaltou o desafio de envolver os 417 municípios da Bahia e a necessidade de garantir uma conferência participativa e qualificada, também agradeceu à ex-ministra Cida e manifestou boas expectativas com a nova gestão de Márcia Lopes, reafirmando o compromisso de fortalecer a presença das mulheres nas políticas públicas. **Cleidenea Bastos de Almeida:** Em continuação, comentou sobre a comissão permanente sobre a 5ª Conferência formada na última reunião, com sete componentes do conselho, da sociedade civil e sete componentes do poder público da SPM. Indagou as Conselheiras quem se disponibilizaria para ser suplente da comissão no caso de alguma das 14 componentes não puder participar, então foi indicadas as Conselheiras Roseli de Oliveira Barbosa (TamoJuntas), Silva Christiane Écio Damasceno (SETRE). Assim, foi pedido a leitura na íntegra do Regimento para todas as presentes. Após a leitura, foram pontuados alguns ajustes como no *Artigo 13º*, onde explicou que, diferente da proposta nacional com 6 comissões, foi sugerido chamá-las de grupos de trabalho e fundir algumas delas, visando mais flexibilidade e ampliação conforme a necessidade durante o processo. Pontuou que o artigo 16, já aprovado pela Casa Civil e Governadoria, permite que, caso o município não convoque conferência até 9 de junho, três ou mais organizações da sociedade civil possam fazê-lo. A medida foi inspirada na conferência de 2015, visando garantir a participação mesmo onde houver resistência política. Também destacou a importância de definir critérios de representação entre as etapas municipal, territorial e estadual, propondo combinar número mínimo de delegadas com critérios de população ou participação. **Maise Caroline Zucco:** expressou preocupação com os critérios de escolha das delegadas do município para o território, questionando se devem seguir o modelo de 2015, baseado na população, ou adotar um novo critério de participação proporcional. Já para a transição do território ao estado, sugeriu manter o modelo nacional com percentual por população e garantir representatividade mínima de segmentos como mulheres negras, jovens, indígenas e quilombolas. **Maria Otília:** levantou dúvidas sobre o calendário das conferências municipais e territoriais, citando que Vitória da Conquista já definiu sua conferência para 24 de julho e questionando quem organiza a territorial. **Cleidenea Bastos de Almeida:** respondeu que o prazo vai até 30 de julho e que a convocação cabe à comissão territorial. Elas discutiram a logística e a responsabilidade pelo local da conferência, sendo esclarecido que o território deve definir isso, preferencialmente em locais públicos com estrutura adequada, como universidades ou escolas com auditórios, já que não haverá custo com espaço físico. Destacou que o próximo passo é criar o calendário das conferências territoriais, e alertar os municípios para agilizarem suas conferências até julho. Mencionou a possibilidade de consultar a comissão nacional para estender o prazo das territoriais até 15 de agosto, considerando que a conferência estadual será em 27 de agosto. Sugeriu realizar as territoriais em forma de maratona, com 2 ou 3 ocorrendo simultaneamente, e membros da coordenação (como ela, a secretária e a vice-presidente) se dividindo para garantir a abertura oficial de todas. Também colocou em debate se as conferências devem ser feitas nos 27 territórios ou se pode haver conferências interterritoriais (agrupando 2 ou 3), como já ocorreu em edições

obdaufois

WJF

osnato

anteriores. Por fim, disse que, embora a nacional esteja sugerindo formato regionalizado, é provável que realizar nos próprios territórios facilita a logística, já que alguns são muito extensos. Em seguimento, foi discutido os critérios para estabelecer o número de delegadas, primeiro por território e segundo proporcional a população. **Tereza Cristina Bandeira:** lembrou a importância de considerar diferentes modalidades para as conferências — presencial, online ou híbrida — especialmente para superar barreiras de distância em territórios extensos, como no caso de conferências convocadas por movimentos sociais. **Cleidenea Bastos de Almeida:** demonstrou preocupação com a viabilidade técnica de realizar conferências online, especialmente em cidades do interior com infraestrutura de internet limitada, o que pode dificultar a realização de salas simultâneas por eixo temático. Destacou que, enquanto as conferências livres podem funcionar bem em formato online, as territoriais e estaduais exigem mais cuidado logístico, mas disse que levará essa discussão à comissão para avaliar a viabilidade antes de decidir. Finalizando, foi agendada a próxima reunião da Comissão Organizadora para quarta-feira dia 14, e sem mais pautas foi encerrada a reunião.

Encaminhamentos / Compromissos

- Definir o calendário das Conferências Territoriais
- Preparar e socializar com o Conselho a planilha sobre os números mínimos e máximo de delegadas

Eu, Neurací Alves da Silva, subscrevi a presente ATA, que segue assinada pelas Conselheiras presentes.

Neurací Alves Silva

Secretária Executiva

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM